

AS CIDADES EDUCADORAS: PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS

Lauren Pieta Canan¹

Edson Lopes²

Luciane Franciele Goergen Kobs³

Palavras-chave: Cidade educadora. Educação. Cidadania. Experiências urbanas. Políticas públicas.

As transformações sociais, tecnológicas e culturais que marcam a contemporaneidade refletem-se diretamente na educação, que precisa se adequar constantemente ao contexto vigente¹. Nesse cenário, surge a concepção de cidade educadora, que ultrapassa sua função de mero espaço geográfico para tornar-se um território de formação cidadã e social². A ideia, inicialmente apresentada por Edgar Faure em relatório da UNESCO em 1972 como “cidade educativa”, consolidou-se como conceito em 1989, quando Barcelona assumiu pioneiramente a proposta, articulando educação formal, informal e não formal, em cooperação entre escolas, famílias, instituições culturais e associações^{3,4}.

O marco inicial da consolidação do conceito ocorreu em 1990, com o 1º Congresso das Cidades Educadoras em Barcelona, que resultou na Carta das Cidades Educadoras, documento que estabeleceu princípios fundamentais para a formação do perfil educativo das cidades: o direito à cidade educadora, o compromisso da cidade e o serviço integral às pessoas^{5,6}. Posteriormente, em 1994, foi criada a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), no 3º Congresso realizado em Bolonha, Itália, como instância articuladora do movimento⁷. Atualmente, a AICE reúne 476 cidades em 37 países, incluindo o Brasil, que possui 15 cidades participantes distribuídas em diferentes regiões⁸.

A proposta de cidade educadora pressupõe o compromisso político e público de planejar o espaço urbano visando à promoção da cidadania, da justiça social e do bem-estar coletivo em todas as suas dimensões⁹. Para além da teoria, são as experiências práticas que consolidam esse movimento. Barcelona, por exemplo, tornou-se referência internacional ao implementar ações integradas que articulam espaços públicos, culturais e educacionais¹⁰.

No Brasil, destacam-se as cidades de Horizonte (CE) e São Paulo (SP). Horizonte assumiu-se como cidade educadora em 2016, com iniciativas como a Sala de Memórias de

¹ Licenciada em Ciências Sociais e Pedagogia. Especialista em Gestão Escolar: Supervisão, Administração e Orientação Escolar. Mestre em Educação. Professora de Ensino Superior na UCEFF Educacional.

² Professor do Curso de Psicologia da Uceff Chapecó

³ Professora dos Cursos de Graduação da Uceff Chapecó.

Queimadas, o Museu Comunitário, e a Eleição do Prefeito Mirim, que estimula a participação infantil na vida política e cidadã. Já São Paulo, uma das maiores metrópoles do mundo, desenvolve projetos que buscam integrar inclusão social, memória e lazer, como o Transcidadania, que promove a reinserção profissional e cidadã da população LBTT em situação de vulnerabilidade; o Memória & Vida, que transforma o Cemitério da Consolação em espaço cultural; e o Ruas de Lazer, que fomenta atividades recreativas e esportivas no espaço público.

Essas práticas exemplificam como diferentes contextos urbanos podem transformar-se em espaços educativos vivos, reafirmando o papel das cidades como protagonistas da formação cidadã e da promoção de uma educação integral.

Diante disso, o movimento das cidades educadoras evidencia que o processo educativo não está restrito à escola, mas se amplia para toda a vivência urbana. Assumir a condição de cidade educadora implica em compromisso político, cultural e social, traduzido em práticas inovadoras que transformam o espaço urbano em um território formador de cidadania. Tanto no contexto internacional, como no nacional, observa-se que experiências diversificadas contribuem para a consolidação do ideal de cidade educadora como um projeto global, dinâmico e inclusivo.

REFERÊNCIAS

1. Pedrosa M. Educação e globalização. Revista Ibero-Americana de Educação. 2008;48:73-91.
2. Dietzsch MJ. Leituras da cidade e educação. Revista Brasileira de Educação. 2006;11(32):5-20.
3. Moio AC, Mendes TM. A cidade educativa e suas transformações. Revista Brasileira de Educação. 2013;18(53):5-21.
4. Bellot A. Cidade educadora: princípios e práticas. Revista Brasileira de Educação. 2013;18(53):22-39.
5. Almeida MR. Carta das Cidades Educadoras. Associação Internacional das Cidades Educadoras. 1990.

6. Paetzold OSB. Educação e cidadania na perspectiva da cidade educadora: um estudo a partir de Frederico Westphalen. UNIRRevista. 2006;1(2):1-6.
7. Aieta VS, Zuin ALA. Princípios norteadores da cidade educadora. Revista de Direito da Cidade. 2012;4(2):193-232.
8. Gadotti M. Cidades educadoras e a formação cidadã. Revista Brasileira de Educação. 2006;11(32):133-139.
9. Roca E. Experiências de Barcelona como cidade educadora. Revista Brasileira de Educação. 2006;11(32):141-157.
10. Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). Dados e informações sobre cidades educadoras. 2005.